

Rio Jaguaribe: ciência, estado territorial e a seca como uma questão nacional*

Anderson Camargo Rodrigues Brito^o 

Resumo

Este artigo analisa a década de oitenta do século XIX como um momento de intensas transformações na ordem do pensamento sobre os sertões e no conjunto de ações do estado territorial em formação nas dominâncias do Rio Jaguaribe, no Estado do Ceará, — na região que veio a se constituir como o Nordeste brasileiro—. A conjunção do esgotamento ecológico da estrutura social montada pela diversificação produtiva, a instituição da propriedade privada e a transição da economia pecuária para os cultivos de algodão, associadas a um conjunto significativo de pesquisas científicas no campo da geografia, implicaram em intensas transformações na formação territorial. As mudanças de ordem qualitativa que culminaram na formação do estado territorial transfiguradas nas políticas hídricas como instrumentos de controle populacional, arranjadas na formulação política e analítica solução hidráulica, estão dadas na forma de rascunho e ideação geográfica nas pesquisas científicas e ações pontuais e integradas do estado territorial nesse momento. Aqui analisa-se esse conjunto de transformações territoriais como a construção de um estatuto de nascimento científico dos sertões que requalifica sua condição de um problema nacional e adensam o entendimento da sua constituição com vistas à formação de uma geografia oficial sobre o Brasil.

Palavras-chave: Ceará, ciência, formação territorial, Rio Jaguaribe, sertão.

Ideias destacadas: artigo de pesquisa que analisa a solução hidráulica como uma ideologia espacial produzida no âmbito da desagregação do antigo sistema colonial na abrangência do Rio Jaguaribe no Ceará. À época foram instituídos, concomitantemente, instrumentos de gestão e descarte da força de trabalho e de comportamento dos rios.



RECEBIDO: 26 DE MAIO DE 2022. | AVALIADO: 5 DE AGOSTO 2022. | ACEITO: 13 DE FEVEREIRO DE 2023.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

Brito, Anderson Camargo Rodrigues. 2024. “Rio Jaguaribe: ciência, estado territorial e a seca como uma questão nacional”. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 33 (1): 80-98. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v33n1.102851>.

* Este artigo faz parte de uma pesquisa de doutoramento que desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, com o título “Rio Jaguaribe, das entradas aos açudes: a guerra como fundamento da formação territorial do Ceará”, a referida investigação conta com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

✉ Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – Brasil. ✉ anderson.camargo@hotmail.com - ORCID: 0000-0001-8889-6574.

✉ Correspondência: Anderson Camargo Rodrigues Brito, Rua 21 de junho 984 Ap. 102. Crato/CE, Brasil CEP: 63105-100.

Jaguaribe River: Science, Territorial State and Drought as a National Issue

Abstract

This article analyzes the eighties of the 19th century as a moment of intense transformations in the order of thought about the *sertões* and in the set of actions of the territorial state in formation in the dominance of the Jaguaribe River, in the State of Ceará, in the region that came to be constituted as the Brazilian Northeast. The conjunction of the ecological exhaustion of the social structure created by productive diversification, the institution of private property and the transition from the livestock economy to cotton cultivation, associated with a significant set of scientific research in the field of geography, resulted in intense transformations in territorial formation. The qualitative changes that culminated in the territorial formation of the state, transfigured in water policies as instruments of population control, arranged in the political and analytical formulation hydraulic solution, are given in the form of draft and geographical ideation in scientific research and specific and integrated actions of the State territory at that time. The author analyzes this set of territorial transformations as the construction of a scientific birth statute for the *sertões* that reclassifies their status as a national problem and deepens the understanding of their constitution with a view to forming an official geography of Brazil.

Keywords: Ceará, science, territorial formation, Jaguaribe River, *sertão*.

Highlights: research article that analyzes the hydraulic solution as a spatial ideology produced within the scope of the disintegration of the old colonial system in the area of the Jaguaribe River in Ceará. At the time, instruments for managing and disposing of the workforce and river behavior were instituted at the same time.

Río Jaguaribe: ciencia, estado territorial y sequía como problema nacional

Resumen

Este artículo analiza los años setenta del siglo XIX como un momento de intensas transformaciones en el orden del pensamiento sobre los *sertões* y en el conjunto de acciones del Estado Territorial en formación en el dominio del río Jaguaribe, en el Estado de Ceará, en la región que vino a constituirse como el Nordeste brasileño. La conjunción del agotamiento ecológico de la estructura social creada por la diversificación productiva, la institución de la propiedad privada y el tránsito de la economía ganadera al cultivo del algodón, asociado a un importante conjunto de investigaciones científicas en el campo de la Geografía, resultó en intensas transformaciones en formación territorial. Los cambios cualitativos que culminaron en la formación territorial del Estado, transfigurados en políticas hídricas como instrumentos de control poblacional, dispuestos en la formulación política y analítica Solución Hidráulica, se dan en forma de proyecto e ideación geográfica en investigaciones científicas y específicas y en acciones integradas del territorio del Estado en ese momento. Se analiza este conjunto de transformaciones territoriales como la construcción de un estatuto científico de nacimiento de los *sertões* que reclasifica su estatus como problema nacional y profundiza la comprensión de su constitución con miras a formar una Geografía oficial de Brasil.

Palabras clave: Ceará, ciencia, formación territorial, río Jaguaribe, *sertão*.

Ideas destacadas: artículo de investigación que analiza la solución hidráulica como ideología espacial producida en el ámbito de la desintegración del antiguo sistema colonial en la zona del río Jaguaribe en Ceará. Se analizó cómo se establecieron simultáneamente instrumentos de gestión, disciplinarios y de confinamiento de la fuerza laboral y de los ríos. Se concluyó que la represa fue un instrumento biotecnológico que sintetizó estas relaciones sociales.

Introdução

A bacia hidrográfica do Jaguaribe é um veio estratégico de integração entre o litoral e sertão. O seu controle na dinâmica colonial foi muito significativo para estabelecer as redes de acesso e circulação de informações e mercadorias entre as províncias do então norte setentrional, o Rio Parnaíba e a região Amazônica no sentido oeste e São Francisco e Cerrado no sentido sul.

Os intensos conflitos pelo controle territorial do Rio Jaguaribe — sobretudo a partir do final do século XVII — conformaram a extensão da sua bacia como eixo integrador primaz da formação do Ceará como uma província. Com uma extensão de 610 km de curso e uma abrangência de 75.669 km², sua bacia hidrográfica perfaz mais de 50 % do território do Estado do Ceará (IBGE 1999), localizado na região Nordeste do Brasil cujos limites são ladeados por fronteiras com outros estados; ao sul com Pernambuco, ao sudoeste com Piauí e ao leste com Paraíba e Rio Grande do Norte. O controle territorial de circulação do Rio Jaguaribe foi o principal feito da formação territorial do capitalismo no Ceará e todo o contexto de formação do estado territorial nesse âmbito repercutiu fortemente em processos de reelaboração do curso do Rio.

O Rio Jaguaribe, da forma como fora encontrado pelos colonizadores, dispunha-se de maneira intermitente e com curso irregular. Sua força estava predominantemente regida pela dinâmica das chuvas que ocorriam com uma distribuição irregular no espaço e no tempo, aspectos climáticos característicos de uma região semiárida. Nos períodos chuvosos, o rio se espalhava em largos alagadiços, inundando uma área extensa de várzea com pouca profundidade. Nos períodos secos, seu curso se reduzia a veios menores com trechos secos.

Um rio que perfazia uma geografia a ser corrigida, adestrada pela consciência moderna cada vez mais convicta de sua virtude de controlar os regimes de realização da realidade. Uma dinâmica de circulação das águas conformada em vales úmidos (áreas de nascentes e recargas) e depressões alagadas em períodos de chuvas e secas nas estiagens, que chegaram a durar mais de cinco anos, conformavam uma geografia territorial originária com uma intensa mobilidade populacional que acompanhava a dinâmica das águas.

A bacia do Jaguaribe hoje conta com mais de 80 açudes e barragens e, pelo menos, dois projetos de integração de bacias (Brito 2016). A dinâmica do rio obedece aos comandos desse conjunto de objetos geográficos que

ratificam a centralidade do rio como um instrumento de integração e controle populacional.

Esse artigo demonstra que o conjunto de transformações territoriais ensejadas com a constituição de uma elite senhorial escravocrata e latifundiária, a territorialização de instituições do Estado e a ação de intelectuais senhoriais estão consubstanciadas na produção do açude como um instrumento de poder que a um só tempo fortalece a estrutura social do latifúndio e assegura condições políticas para a transição do regime de reprodução da força de trabalho.

A década de 1870 pode ser entendida como um momento significativo enquanto as transformações de naturezas ecológicas, econômicas e políticas foram colocadas à prova com uma estiagem. O conjunto de reflexões realizadas por intelectuais no calor do momento e as primeiras ações do estado territorial e da elite senhorial esboçam os fundamentos dos grandes projetos de engenharia que redesenharam o curso do rio; isso mobilizando os fundamentos de ideologias espaciais definidoras da ação do Estado no século XX, tais como: solução hidráulica e vocação agrícola.

Recorrentemente, as pesquisas sobre o tema atribuem à institucionalização das políticas de enfrentamento às secas no Governo Epitácio Pessoa (1919-1922) que foram intensificadas nos governos de Getúlio Vargas¹, o momento de formação intelectual e política da solução hidráulica como um instrumento político e científico da ação do Estado (Queiroz 1978; Chacon 2007; Bursztyn 2008; Queiroz 2020). O conjunto de conflitos entre a independência, a dissolução da monarquia, o golpe de Estado que deu origem a república e conflitos de caráter religiosos são tomados como o contexto político que faz do açude um instrumento de fortalecimento do poder local e um mecanismo de drenagem fiscal para a formação do Estado.

Neste artigo se encontram os elementos formadores dessas ideologias espaciais no contexto de intensificação da produção agrícola comercial nos vales úmidos do Jaguaribe em meados do século XIX. Um momento caracterizado pela transformação da terra enquanto a forma fundamental de riqueza para uma equivalente de riqueza a partir da introdução de dispositivos disciplinares, da realização da aceleração da produção, da

1 Governo Getúlio Vargas: 1930-1934 no Governo Provisório; 1934-1937, no governo constitucional; 1937-1945, no Estado Novo; 1951-1954, presidente eleito por via direta voto.

criação de um ambiente de experimentação e da gestão biopolítica da força produtiva.

Essas ações de contenção do Jaguaribe em pequena escala são expressões materiais do englobamento capitalista da terra, redefinem a circulação das águas em uma abrangência escalar menor, o que permite os usos das terras pela agricultura comercial. São ações pontuais de alcances reduzidos, no entanto, suas concepções, fundamentos filosóficos e científicos sugerem uma redefinição generalizada do curso do rio.

A ecologia política do Jaguaribe foi reelaborada como instrumento de gestão e controle da circulação de pessoas e exploração do trabalho com vistas a realizar capital fixo, primeiro enquanto ideia de futuro, tendo como marco fundamental um conjunto de acontecimentos que se enredam na referida década. A constituição dessa geografia do trabalho logrou perpetuar mecanismos compulsórios de exploração, consolidando uma transição entre o trabalho escravizado ao trabalho “livre”.

As paredes das barragens e açudes pintados com os brasões do Estado nacional se constituem como uma paisagem-síntese da geografia histórica do capitalismo. A rede governativa de objetos que elabora um controle territorial dos rios foi produzida como expressão material e simbólica do capitalismo industrial e erigida sob as bases de uma sociedade que reelabora as estruturas de poder da colonialidade.

A solução hidráulica pode ser entendida como a ideologia espacial primaz ou discurso legitimador para a realização territorial do Estado. Uma categoria política e analítica que repercute o esforço intelectual de distintas gerações de cientistas que pensam o Brasil, sobretudo a partir da década de oitenta do século XIX. Identificou-se a partir da presente pesquisa dois marcos fundamentais que corroboraram para construção de um imaginário social legítimo de origem e tipificação dessa região como um problema nacional, a saber: a seca de 1877 e o conjunto de reformas e expansão de instituições de ensino superior e básico pelo Brasil.

A seca ascende como um problema nacional. A diversificação produtiva nas dominâncias do Jaguaribe e a mobilidade populacional ensejada com esse processo produziram uma organização territorial na qual os vales úmidos, refúgios nos períodos de estiagens, se conformaram como propriedades privadas-modelos, latifúndios irrigados. As depressões e vales secos dos rios intermitentes passam a compor as paisagens imaginadas e descritas pelas incipientes investigações científicas como desafios ecológicos desajustados a serem superados pela potência

da racionalidade moderna que realizava uma transição epistêmica para a termodinâmica e concebida a ação humana cada vez mais como produtora e gestora de potência.

A inserção do sertão no sistema-mundo, nesse contexto, adensa o imaginário nacional sobre sua formação, qualificação e tipificação. Um conjunto de interpretações — algumas de natureza epopeica — vão retirando o sertão de um lugar de qualificação difusa e eivado de incapacidade de ideação. Estudos científicos, romances, documentos analíticos do Estado e a territorialização da imprensa e do sistema de ensino formam a base intelectual de um acervo cultural e político imaginado, escrito, desenhado, cartografado e fotografado sobre essa região. O sertão vai ganhando, portanto, uma tipologia sociológica e a seca, por mais que seja um problema lido como natural, vai adquirindo um estatuto de humanidade, apresentada como um reflexo da experiência social prejudicada por uma subalternidade herdada possível de ser ajustada.

A solução hidráulica é a prática territorial, narrativa ou discurso do novo regionalismo que produzia o Nordeste como uma dominância da nacionalidade, como nos alude Albuquerque Jr. (2011). A economia-política do desenvolvimento das estruturas produtivas estava caracterizada pela decadência da produção açucareira no litoral e a introdução de circuitos produtivos internacionais nos sertões. A intensificação da circulação do crédito internacional e o deslocamento de equipamentos industriais (como ferrovias e descaro cadeiras) colocaram as bases rústicas do Estado e da ciência em face de outras questões que não somente as concernentes ao litoral. A estiagem, um elemento comum na geografia dos sertões, foi redefinida como um desafio intelectual nacional e um problema, mas também um caminho para a modernização dos sertões.

Na análise dos documentos e estudos realizados à época se constatou que aquilo que os intelectuais oitocentistas entendiam como modernização coadunava com as ideias de embranquecimento da população como estratégia de alcançar o desenvolvimento, ideologia muito em voga nas políticas de Estado do século XX. Nesse sentido, verifica-se com o estudo que os fundamentos da democracia racial, eloquentes no pensamento de Freyre (2006), estavam, em certo sentido, imiscuídos antecipadamente na conversão do açude como um instrumento biotecnológico de controle territorial do trabalho.

A dinâmica de consolidação e crise de uma elite senhoria, latifundiária, escravocrata e comercial, forja uma cultura intelectual no e sobre os sertões. A espacialização do acúmulo de renda propiciado pela diversificação produtiva

ensejada com a instituição da propriedade privada, dinâmica herdeira direta da guerra dos Bárbaros (1650-1720), que constitui-se também como uma rede técnica, intelectual e burocrática que adensa a comunicação entre as vilas, cidades e comarcas e elabora estatutos de interpretação, origens, narrações e ficções sobre os sertões.

Neste artigo se investiga esse momento da formação territorial do Estado e do capitalismo, que é também um momento fundamental de reelaboração intelectual do imaginário sobre os sertões.

O açude como forma-política da territorialização do estado territorial

O processo de consolidação de uma elite senhorial nos sertões do Jaguaribe é parte constitutiva fundamental da formação da propriedade privada da terra no Ceará e no Brasil. A dinâmica de mobilidade populacional e a desestruturação da economia escravagista estava em curso com o processo de produção da independência do Brasil, que promoveu um contexto de continuidades e rupturas no âmbito dos eventos e das estruturas, como nos alude, Novais (2019).

O estabelecimento de circuitos produtivos com rudimentares níveis de integração no interior do continente, a pressão exercida pelas revoltas populares contrárias à escravidão, a vacância de um regime jurídico fundiário com a independência e a circulação de uma força de trabalho “livre”, exerciam forte pressão nos marcos jurídicos de regulamentação da posse das terras. Uma ampla política de alianças entre os proprietários de terras e o estado territorial em formação asseguraram a produção de um regime jurídico que passou a regulamentar a propriedade privada da terra como um direito individual e inviolável entre os anos de 1824 e 1850, como nos alude Prieto (2016).

A diversificação produtiva e a internacionalização da agricultura comercial impuseram ao processo de formação de um mercado de terras nas dominâncias do Jaguaribe a necessidade de reestruturar a dinâmica de circulação do rio. A irregularidade das chuvas e as longas estiagens se completariam como ativos econômicos a partir da introdução de objetos técnicos para o acúmulo de água. A mobilização de força de trabalho dos moradores de condição² lograva ao proprietário de terras perpetuar

formas autoritárias de controle do trabalho e adensar as propriedades fundiárias com capital fixo.

A circulação do crédito internacional e a mecanização da circulação do algodão faziam com que os proprietários de terras se constituíssem como intermediadores comerciais urbanos. Um elevado contexto de concentração de poder que assegurava um amplo exercício de controle do tempo de realização da vida cotidiana dos/das trabalhadores/as. A exploração do trabalho de famílias camponesas, além de assegurar a produção da agricultura comercial, estava concentrada na imobilização de recursos para comportamento dos corpos hídricos. A reprodução da família camponesa encontra diante de si a necessidade de realizar a comercialização da sua produção nas condições de valor e acumulação impostas pelo intermediário comercial, o proprietário fundiário.

Os regimes jurídicos de instituição da propriedade privada da terra, da abolição do trabalho escravizado e da arregimentação de força de trabalho para produção de açudes, com vistas a conter o Jaguaribe e reduzir os impactos das secas e cheias nos sistemas produtivos são os elementos centrais da formação do Estado territorial no Ceará.

As formas de arregimentação e vigilância sobre os trabalhadores “livres” ficam expressas na Lei n. 12 de 24 de maio de 1835, que constrói uma espécie de alistamento militar para a formação de uma rede lacustre artificial de comportamento dos corpos hídricos pertencentes ao Estado, alocado em propriedades de senhores de terras. Estratégias traçadas para a imobilização de riqueza a partir do uso compulsório do trabalho que apresentava um tempo obrigatório de permanência nas frentes de trabalho, a prescrição sobre comportamento e vestimenta para realização das atividades e a punição para os desertores das ordens³. É curioso e revelador como se imiscuem os códigos de gestão e comportamento das águas com os

2 Moradia de condição é um regime de trabalho muito característico da questão agrária brasileira que passa a ser mais comum

na região do Jaguaribe com a intensificação de processos migratórios decorridos da crise do açúcar no litoral, com a desagregação do antigo sistema colonial e a redução do comércio de pessoas escravizadas. Com a instituição da propriedade privada da terra, a figura do morador de condição passa a constituir-se como uma forma política de controle territorial do trabalho. No interior dos latifúndios, as famílias moradoras se revezavam entre dias de trabalho para suas lavouras e para os cultivos ou melhoramentos nas propriedades dos senhores de terras

3 Esse contexto, analisado por Reis Jr. (2014), pode ser considerado um ensaio para as grandes frentes de trabalho que

procedimentos de constituição da moradia de condição e as legislações alistamento das camadas populares como forma de “conter a vadiagem”.

O controle do rio como instrumento da gestão das pessoas vai possibilitando uma saída para a elite senhorial conservar uma dinâmica trabalhista impositiva, que não só revisava as condições de cativeiro imposta no trabalho escravizado, mas que também reproduzia um cotidiano de controle do tempo compulsório. Como a terra, o rio agora, progressivamente, mantinha-se cativo.

Os latifúndios podem ser considerados o produto jurídico legítimo desse conjunto de relações, e as comunidades camponesas e tradicionais como legado territorial dessa sucessão sobreposta de constrangimentos que se reproduzem mediante a construção de práticas de negociações e resistências em um cotidiano de permanente violência. A dialética do conflito entre essas duas unidades territoriais indissociáveis é o que vai mover a dinâmica produtiva da reprodução da riqueza nos sertões e gerar saldos drenados para a autonomização do Estado, não mais formados por pontos dispersos ao longo das enormes dominâncias de terras apropriadas. Paulatinamente, esses núcleos populacionais passaram a ser formados por aglomerações mais robustas devido à dinâmica mobilidade populacional no começo do século XX incitada por fenômenos religiosos e secas consecutivas.

O açude ganha lugar na paisagem do sertão da província como forma-política material que congrega em seu corpo a cristalização desse conjunto de relações, constituindo-se como um instrumento biotecnológico de controle do trabalho. Essa dinâmica territorial assegura a permanência da reprodução dessas relações desiguais e exploratórias, enquanto garante suficiência hídrica por alguns meses.

A produção de reservatórios passa a ser a forma decisiva da organização produtiva e territorial do latifúndio. A convocação para a construção desse feito magnânimo na forma de arregimentação (como se convoca para uma guerra), lida com entusiasmo pela imprensa, igreja e pelos intelectuais senhoriais, faz do açude um símbolo de vigor e potência de uma dada região, município ou latifúndio.

Estudos realizados no século XIX demonstram a centralidade da produção de reservatórios de água no contexto de formação da propriedade privada da terra no âmbito do Jaguaribe, mas também como a seca se tornou

uma problemática central na territorialização do Estado somente quando a agricultura comercial apresentava elevados índices de integração com o capital industrial.

Uma comissão científica foi designada pelo império para estudar aspectos etnográficos, biológicos, histórico-gráficos e geográficos, formada com vistas a contribuir com a identificação de uma identidade nacional realizou estudos sobre o rio Jaguaribe. O Ceará foi escolhido como primeiro destino da referida comissão pelas notícias que circulavam desde o período colonial que havia amplas e viáveis jazidas de ouro. Como nos alude Moreira (2021), o problema da seca não teve relevância na realização das pesquisas, pois era visto como uma questão regional, sem a dramaticidade que assumiu em poucos anos.

À despeito das longas secas que aconteceram ao longo do século XVIII (1721-1725; 1736-1737; 1745-1746; 1777-1778; 1791-1793), como alude Brasil (1864), terem repercutido em uma devastadora crise da pecuária e transferência da centralidade produtiva de carne seca do Ceará para o Rio Grande do Sul, a seca não figurava como uma questão nacional. Os vales úmidos serviam de resguardos nos momentos mais graves de estiagem, amenizando os efeitos humanitários e produtivos. A produção diversificada de alimentos, que fora suprimida pelo monocultivo do algodão arbóreo, garantia a formação de estoques e estabilidade de custo. A incorporação dos locais de nascimento dos rios nos circuitos de produção da agricultura comercial elevou as secas do século XIX a um patamar de tragédia generalizada.

A referida comissão entrou na província em Fortaleza, encaminhou-se para Aracati pelo litoral e, seguindo o curso do rio Jaguaribe, encerrou suas atividades em Crato, fronteira com Pernambuco. O botânico Freire Alemão, integrante da comissão, escreveu um diário, publicado pelo Museu do Ceará em 2006, que traz informações importantes sobre a dinâmica territorial do trabalho e a construção de reservatórios de água.

Freire Alemão (1859) relata em seu diário a permanência na propriedade do Sr. Firmino, major da Guarda Nacional, título que denota a importância política e militar do proprietário de terras. O Sr. Firmino chegou a essa propriedade em 1844, quando era então “um lugar deserto”. Grande parte da sua propriedade, que equivale a um total de 16 léguas quadradas (77,24 quilômetros quadrados ou 7.724 hectares de terra), foi adquirida como dote advindo de sua esposa, tendo comprado o restante, fato que denota alguma dinâmica, mesmo que pouco monetizada, do comércio de terras. O limite da propriedade era o rio Salgado, afluente do Jaguaribe.

culminaram na constituição da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) no começo do século XX.

O Sr. Firmino tinha terras a perder de vista, aproximadamente 7.724 hectares. Naquele momento o mercado de terras no Brasil era pouco aquecido; a renda capitalizada estava, prioritariamente, imobilizada no comércio de pessoas escravizadas, nos circuitos produtivos que se constituíram, nas edificações e nos melhoramentos realizados, esse proprietário de terras exercia um domínio territorial que lhe assegurava subjugar uma quantidade considerável de famílias como moradoras. No referido diário o naturalista indica que dispunha na extensão de sua propriedade de 300 moradores de condição.

Essa força de trabalho, concentrada e explorada de maneira impositiva, conseguia realizar um aporte de riqueza que produzia uma sociedade com elevado grau de desigualdade. O Sr. Firmino, nos alude Alemão (2006), investiu 90 contos na propriedade nos anos que antecederam a visita do naturalista, 60 dos quais na construção de açudes. Então, a exploração do trabalho realizada por esse proprietário legou o acúmulo de uma quantidade de recursos vultosa para a construção de equipamentos para o controle da circulação das águas que lhe possibilitasse extrair renda e diversificar seu escopo produtivo.

Alemão descreve o principal açude da propriedade como

uma grande represa que quando cheia forma uma vasta lagoa, que se estende por entre os montes e com tal grandeza que, com a moagem de um ano e com outros usos só baixa cinco palmos. O seu grande fundo é de 70 palmos; hoje tem apenas 30 porque o esgotou para assentar uma nova porta de bronze, que mandou fundir em Pernambuco, por modelo feito por ele. Cria este açude uma quantidade de peixe, e de baixas pode dar 200 a 300\$ na feira do Icó. Os principais peixes são curimatã, traíra, bagres, branquinho etc. torna-se ávido à mesa com fartura de peixe. ([1859] 2006, 191)

“Além desta represa, ele está fazendo outras, de modo que espera ter mais de légua de terras regadas para a lavoura, pelas vargens por entre os montes” (Alemão 2006, 191). A consecução da lógica senhorial de reprodução do espaço se consubstanciou na realização, investimentos e ampliação das condições de exploração do trabalho de modo a modificar a dinâmica da natureza na tentativa de estender as porções úmidas e regadas. “É admirável ver-se no meio de um país cuja vegetação está torrada e sem folhas, vargens cobertas de plantas cultivadas ou espontâneas, do verde o mais vivo e do mais portentoso vigor” (Alemão 2006 [1859], 192).

O entusiasmo de Freire Alemão (2006), ao descrever para o imperador a riqueza imobilizada e a capacidade de alteração da dinâmica da natureza ao ponto de lograr a realização de agricultura irrigada no meio do sertão cearense no século XIX, é revelador do lugar social da produção do conhecimento científico em gênese no Brasil. Percebe-se, embutida em suas observações, a noção de progresso e desenvolvimento cultivada à época. O Sr. Firmino, apresentado por Alemão (2006) como um homem inteligente (ele é o mestre das suas obras), industrioso e perseverante, que o recebeu com indicação de um familiar seu, outro latifundiário que havia recebido a Comissão Científica do Império no termo de Icó.

Uma propriedade que reunia naquele momento um bom demonstrativo do processo de diversificação produtiva. Estava focada no plantio e processamento da cana-de-açúcar para produção de aguardentes, rapadura e açúcar, a serem comercializados no circuito regional entre as províncias próximas. A materialização de uma riqueza produzida pela exploração do trabalho de famílias camponesas que moravam de condição nas terras do Sr. Firmino. “Tudo é movido por água que vem do açude, que está a 100 braças [180 m] distante do engenho”, nos alude Freire Alemão (2006) em seu diário.

Essa pequena frase termina reunindo uma potente síntese do processo de constituição do latifúndio às margens do Jaguaribe e dos rios que o alimentam. O “tudo”, sujeito paciente da oração que compõe a narrativa de, Alemão (2006) parece inundar as relações sociais para além da dimensão produtiva. Nos sugere a possibilidade de que, com a imobilização da quantidade referida de água, o proprietário de terras logra exercer formas de domínio em todas as relações hidrossociais estabelecidas na paisagem. Essa dinâmica territorial ensejada no contexto de decadência do Antigo Regime, caracterizado por transições de formas de exploração do trabalho, forjam o pequeno açude, antecessor das faraônicas barragens contemporâneas, como um objeto geográfico de controle territorial, um acontecimento na paisagem, um indicativo de distinção social e a materialização da dinâmica do trabalho do morador de condição.

Outro dado revelador de que a territorialização da propriedade privada da terra nas dominâncias do Jaguaribe utilizou a produção de reservatórios de água como instrumento biotecnológico de controle territorial do trabalho é o dado apresentado por Brasil (1864) em seu ensaio estatístico ao nos dizer que havia, na comarca de Icó, 50 açudes já na segunda metade do século XIX. Tanto Lavras como Icó, estão no médio curso do rio, local de

maior intermitência do Jaguaribe, onde nos períodos de estiagem seu curso se transforma em um caminho seco e nas quadras chuvosas em vastos alagadiços.

O vasto espelho d'água, comum no sertão chuvoso, tem, evidentemente, como técnica de acúmulo de água uma história muito longa, porém essas relações sociais intrincadas entre latifúndio, trabalho de condição e formação territorial do Estado elaboram o açude, como um arquétipo de um tempo, o legado de uma geração. Erguem essa geografia humana como paisagem na forma de uma conquista obtida por pessoas de distintas faixas etárias que se imiscuíram em produzir na paisagem a imagem da subjugação do seu trabalho às relações do latifúndio.

A lógica de apropriação, fixação e concentração territorial do trabalho gestado pelo comportamento dos rios era insustentável do ponto de vista hídrico, na medida em que esgota as possibilidades de persistência de atividades produtivas que asseguraram até então a dinâmica de confinamento do trabalho do campesinato em períodos de estiagem.

Em fins do século XIX estavam postas as bases sociais e ecológicas do progresso e da formação do Estado nacional, sustentadas em pés de barro, produtoras de crises permanentes de realização, que esgotam não só as possibilidades de gestão da (ir)racionalidade espacial com a realização dos tempos e movimentos dos ciclos hidrossociais, como também um esvaziamento típico em latifúndios improdutivos. A degradação e crise ambiental já estão postas no final do século XIX enquanto dinâmica de realização do capitalismo nas dominâncias do Jaguaribe.

A seca de 1877 e a crise do “dever de proteção”

A consolidação de um circuito interno de acumulação para além das trocas com a Europa reproduziu o rio Jaguaribe como campo de valorização e força motora da diversificação produtiva. A circulação do crédito entre as vilas constituídas, o fatiamento das terras no movimento de herança, principalmente em locais onde a dinâmica das águas é mais intensa, dinamiza o mercado de terras. Percebe-se, na segunda metade do século XIX, que é um avançado processo de exploração do trabalho que não é amplamente monetizado, mas que consegue fazer consolidar formas de apropriação da renda gerada pelo trabalho explorado no circuito mundial de produção e circulação de mercadorias. Em suma, vemos montada uma dinâmica territorial pronta para realizar um salto

qualitativo de internacionalização que a um só tempo vai acelerar as transformações territoriais postas e intensificar a realização do valor em uma escala de hecatombe.

Nesse contexto a seca é produzida como uma questão nacional, um dos argumentos centrais do Estado que a um só tempo legitima a territorialização de obras hídricas feitas e oculta a centralidade do latifúndio como produtor dessa dinâmica territorial de escassez. Como o latifúndio se constitui como uma estrutura de regulação da propriedade e do trabalho, verifica-se que a partir da concentração da população nas fazendas colocou um contingente considerável de pessoas em uma posição de fragilidade diante das condições climáticas.

As estiagens promoviam uma falência da possibilidade de confinamento territorial do trabalho. A água que estava aprisionada para reproduzir os circuitos produtivos que subsumia essa população sendo sugada pelo sol, as cercas simbólicas e materiais se rompiam e os sertões se convertiam novamente em uma terra de volantes errantes “oferecendo seus braços” como descreveu Raquel de Queiroz no romance João Miguel (1978).

Rios (2014, 2013) identifica o ano de 1877 como um momento de virada para o entendimento sobre as secas no sertão do Ceará. A despeito de ter dizimado parte considerável dos rebanhos e ter colocado em falência muitas fazendas em toda a Província, integrando a transição para uma ecologia política do algodão, a imagem da seca como um castigo, flagelo ou problema correu o mundo chamando atenção do Vaticano que mobilizou a doação de recurso.

Passou a ser questão de honra e sobrevivência para o império enfrentar esse problema como o outro, a natureza diferente a ser civilizada. Não revisando a lógica da concentração da propriedade privada, como nos Estados Unidos que enfrentava problemática parecida (Queiroz 2020; Shiva 2006), mas dotando de capacidade técnica o latifúndio como instituição apta a acumular mais água.

A década de 1870 foi um momento decisivo no qual a impossibilidade de manter a expansão progressiva dos cultivos de algodão era resultado acumulado não somente dos ciclos de estiagem, mas da retomada do cultivo do arbóreo nos Estados Unidos com a redução dos conflitos no contexto de Guerra de Secessão (Reis Jr. 2014; Santos 2018). Muito embora a exploração econômica do algodão tenha se oscilado durante parte considerável do século XX, as fazendas estavam consolidadas a partir das reservas de valores acumulados pela exploração do trabalho em uma estrutura frágil, concentrando uma população considerável. Essa estrutura de poder foi colocada à prova,

portanto, pelo contexto econômico estadunidense e pela seca ocorrida entre 1877 e 1879.

A impossibilidade da reprodução de cultivos de auto-consumo, a escassez de águas superficiais, confinadas nos açudes dos latifúndios e consumidas pela diversificação produtiva e pela atmosfera seca, provocou um encadeamento de falências das fazendas e a impossibilidade de manutenção dos trabalhadores subjugados à lógica de confinamento do latifúndio (Funes 2013; Moreira 2021).

O conjunto de transformações territoriais que culminou na autonomização da propriedade privada e territorialização do Estado colonial, conformando uma geografia do trabalho caracterizada pela moradia de condição como resposta à desagregação do sistema econômico escravagista, estava sendo testada pelas condições naturais do sertão cearense. O resultado dessa conjunção de fatores foi uma sucessão de tragédias montadas pelo conjunto de acontecimentos ocorrido nas décadas anteriores e que culminaram nessa nova/velha dinâmica territorial na Província.

Multidões errantes passaram a transitar pelas estradas consolidadas à beira dos leitos secos dos rios, mirando as grandes concentrações urbanas. A incipiente construção da Estrada de Ferro de Baturité não conseguiu absorver toda essa força de trabalho e “a proteção oferecida pelos proprietários não chegava sequer a amenizar as dificuldades, pois muitos donos de terras também se empobreceram e buscaram em Fortaleza uma forma de atravessar os tempos difíceis” (Neves 2007, 81).

Estima-se que 100 mil pessoas adentraram na crescente e recentemente instituída capital, Fortaleza, que revirava o seu casco urbano para reproduzir em benesses arquitetônicas as rendas geradas pelos saldos com o comércio do algodão, tentando aparentar-se com a capital expoente do século XIX, Paris. Desde que se estabeleceu como porto principal de exportação passou a concentrar um maior aporte de rendimentos. Nesse momento, Fortaleza tinha uma população que não chegava a 50 mil pessoas.

Apesar das iniciativas governamentais e privadas, a situação em Fortaleza era caótica. Os serviços públicos foram paralisados, os equipamentos urbanos foram danificados, as ruas e praças ocupadas por “abarracamentos” fétidos onde as epidemias se alastravam com maior facilidade. A varíola hemorrágica provocava uma grande mortalidade entre os retirantes e habitantes da cidade. O farmacêutico Rodolfo Teófilo calculou que, em dezembro de 1878, estavam acometidos pela doença cerca de 80.000 pessoas; o dia 10 desse mês ficou conhecido como o “dia dos mortos”, pois

1.004 cadáveres foram encaminhados para o cemitério, sendo que 230 ficaram insepultos devido à sobrecarga de trabalho para os coveiros. (Neves 2007, 283)

Esse contexto de transformações radicais passa a ser o padrão de realização da territorialização do Estado nas dominâncias do Jaguaribe. Pode ser entendido como uma culminância de um acúmulo de todos esses constrangimentos territoriais que impregnavam na paisagem imagens de grandeza social das elites políticas e econômicas, as quais viam ruir seus objetos de sujeição e imposição de forma cíclica logo que a água confinada lhes fizesse falta para imposição de uma ordem econômica.

Tal processo de autonomização percolado por essas crises de realização irá forjar outro instrumento de drenagem fiscal para centralização do poder político, que recebeu vários epítetos nas diferentes paragens: frentes de emergência, açudes do governo, etc. Essa força de trabalho abandonada pela proteção impositiva do senhor de terras, passa a oferecer seus braços para os corpos de engenharia que sediaram canteiros de obras nas áreas urbanas e rurais.

Em pesquisas nos arquivos do Estado sobre as secas de 1877, 1915 e 1932, Rios (2014) encontrou o momento máximo de utilização dessa força de trabalho na capital na década dos trinta, contudo, durante a seca de 1877 essa prática ganha impulso. A seca, que era lida como um grande entrave para o desenvolvimento do Estado, sendo a causa de todos os males enfrentados pelo Ceará, passou a ser um momento de significativa possibilidade de mobilização de força de trabalho gratuita para restauração de calçadas, calçamentos, casas, entre outras obras de melhoramentos urbanos, bem como na construção de açudes pelo interior.

A partir de distintas engenharias, erigem-se duas estruturas de controle territorial do trabalho como uma confluência da cultura militar de gestão das pessoas: o açude e o campo de concentração⁴. E, muito embora sejam as marcas fundamentais da formação territorial no início do século XX é possível enxergar uma coerência, complementaridade ou sucessão geracional entre essas

4 Por vezes um decorrido do outro. Os assim chamados campos de concentração foram resultado de uma política de Estado que objetivava realizar isolamento das pessoas impedindo que atingissem as capitais, sobretudo Fortaleza. Em 1915 foi articulado um campo de concentração e na seca de 1932 foram articulados seis campos.

intervenções e os aldeamentos indígenas dos séculos XVII e XVIII. Realizar descimento⁵, confinar, impor uma dinâmica de trabalho e reduzir a condição do ser a um comportamento enquadrado na dinâmica de realização da sociedade senhorial, eram as premissas das formas de controle do trabalho no âmbito das secas.

Muito embora seja muito mais recorrente a retração desse contexto de acontecimentos no âmbito da literatura ao longo do século XX — o que se percebe pela produção ficcional de autores e autoras integrantes da geração de 30, como Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Fran Martins, Emília Freitas, José Américo de Almeida, João Cabral de Melo Neto, dentre outros — essa é uma dinâmica territorial de controle do trabalho já estabelecida nas últimas décadas do século XIX.

O romance *Luzia-Homem*, de Domingos Olímpio (1999), publicado originalmente em 1903 retrata bem esse momento de radicais transformações de uma província que montou uma estrutura produtiva que se fazia como uma promessa de progresso, para um pessimismo narrado com uma prosa poética muito típica de seu estilo literário naturalista.

A própria protagonista do romance, Luzia, é advinda de uma família de proprietários de terras que, com a morte do pai e a ausência de irmão, viu seu patrimônio ruir com a seca convertendo-se ela mesma como parte da população errante. A melancolia narrativa e o pessimismo diante da tragédia são elaborados no romance sob a forma de uma tragédia familiar, de um núcleo minúsculo que se apequena em face de uma tragédia social de dimensão ampla e total.

Não era raro aparecer entre os retirantes, famílias abastadas que haviam abandonado os lares, levando o dinheiro e joias sem valor por não terem a que comprar, mesmo a preços exorbitantes. Marcos, depois de inútil resistência viu-se nessa triste situação. De esperança em esperança de mudança, vira os gados morrerem nos campos devastados; consumira com parcimônia cautelosa, as provisões acumuladas, os surrões de farinha de mandioca, os paióis de milho, arroz em casca e feijão; as matalotagens em salmora ou empeçadas se esgotaram por encanto, porque não tivera coragem de recusar esmola aos famintos que passavam

pela fazenda. Os vaqueiros agregados e pessoal de fábrica, empregados na labutação de criadores e agricultores, na maioria escravos velhos e crias de casa, não tinham que fazer; eram bocas inúteis. Alforriou-os; deu-lhes liberdade para ganharem a vida. (Olímpio 1999, 151)

O enredo se passa na cidade de Sobral em 1877, que recebia uma quantidade considerável de migrantes da seca e, às margens do rio Acaraú, edificava com essa força de trabalho errante a construção de um presídio público.

A população da cidade triplicava com a extraordinária afluência de retirantes. Casas de taipa, palhoças, latadas, rancho e abarracamentos do subúrbio, estavam repletos a transbordarem. Mesmo sobre os tamarineiros das praças se aboletavam no extremo passo da miséria — resíduos da torrente humana que dia e noite atravessava a Rua da Vitória, onde entroncavam os caminhos e a Estrada Real, traçava ao lado esquerdo do rio Acaraú, até o mar. Eram pedaços da multidão varrida pelo flagelo, encalhando no lento percurso da tétrica viagem através do sertão tostado, como terra de maldição ferida pela ira de Deus: esqueléticas criaturas de aspecto horripilante, esqueletos automáticos dentro de fantásticos trajes, rendidos de trapos sórdidos, de uma sujidade nauseante, empapado de sangue purulento das úlceras, que lhes carcomiam a pele, até descobrirem os ossos, nas articulações deformadas. E o céu límpido, sereno de um azul doce de líquida safira, sem uma nuvem mensageira de esperança, vasculhando ela viração aquecida, ou intermitentes redemoinhos a sublevarem bulções de pó, evoluindo como um ninho, a trágica procissão do êxodo. (Olímpio 1999, 16)

É notável o cunho testemunhal da narrativa que transita entre a dramatização do espanto por parte do narrador e a espetacularização da sua passagem pela multidão. Fica evidente a exultação, deleite ou apreço dos quais se lança mão o narrador para compor a paisagem, o que fica expresso pelo uso de uma sequência rebuscada e encadeada de adjetivos. Uma forma de deliciar-se pela descrição do corpo humano decompondo-se ainda vivo à luz do dia; em contraste, a paz do céu azul que não indica esperança. Uma descrição reveladora de um desejo e de uma compulsão que banaliza a morte e a desgraça, entregando-as na forma de uma paisagem desenhada por letras para ser consumida pela sociedade erudita da província. A narrativa do autor elabora um sentido de fascinação sem piedade pelos humanos sem nome.

O exercício intelectual, erudito, poético e trágico de Domingos Olímpio, destacado membro da sociedade

5 Descimentos era a expressão utilizada nos documentos coloniais para designar o processo de captura de povos indígenas conduzidos aos aldeamentos católicos que estavam instalados quase que em sua totalidade em leitos de rios importantes ou nas proximidades de áreas de nascentes.

senhorial, fez com que ele encontrasse na multidão desgraçada, a seus olhos, o sumo de sua literatura. A conversão dessa multidão, percebida como massa amorfa, em espetáculo é o instrumento de valoração manipulado na condição de objeto literário. Mesmo na forma desumanizada, aos olhos da elite senhorial, a multidão tipificada por inumeráveis adjetivos permanece útil. Pode-se afirmar que ao longo do romance as personagens ganham nome, pulsão e vida, fato que torna interessante a narrativa para pensar a formação territorial do Ceará. Contudo, nas tomadas em que o autor se limita a uma visão de sobrevoo a partir da descrição naturalista da paisagem, esse conjunto complexo de histórias se perde, reduzindo-se a população dos deslocados a uma transfiguração limítrofe à desumanização.

O romance como um todo é pródigo de descrições desse espetáculo que parece ser o espanto do percurso do autor pelas ruas de Sobral durante a seca de 1877 a 1879. De tanto deleitar a paisagem de morte, o autor parece convidar as pessoas para verem também o espetáculo de definhamento dos corpos desumanizados à disposição para serem comidos pelos cachorros e urubus. Essa narrativa também está implicada na conjunção política de construção tanto de uma imagem do que é o Ceará e o sertão de modo geral, como das saídas para superação dessa condição.

De tão deprimente e totalizante o penar das personagens que não encontram saídas, o enredo leva a pensar que configura-se assim todo o conjunto de relações humanas estabelecidas nesse lugar no qual só uma grande intervenção salvadora poderá livrar os indivíduos da perpetuação desse flagelo. Tendo sido o autor também deputado, advogado e membro desse grupo de burocratas, que lograram construir sua erudição com os saldos gerados pelo conjunto de transformações territoriais, fica evidente que esse sujeito se enxerga como parte da solução, sendo os flagelados e o clima — que é um castigo de Deus — os problemas a serem enfrentados.

Em *Luzia-Homem*, o exercício de deslocamento provocado pela visão de cima do narrador, arrancado da realidade causticante para contar a história como legado de coragem e testemunho de verdade, consolidam-se arquétipos analíticos típicos de uma elaboração intelectual de natureza positivista. Nesse sentido, não seria descabido inferir que a descrição da morte expressa na narrativa — e materializada na composição da paisagem — é elaborada com entusiasmo e exultação, afinal, essa geração de autores à qual é intrínseca a condição de intelectual senhorial estava se posicionando como potência para elaborar saídas.

Com nos alude Neves (2007), nesse contexto de intensa crise o “dever de proteção”, parte integrante da reciprocidade desigual das relações paternalistas, passa a ser exercido pelo Estado. Então o senhor de terras, que é um agente do Estado colonial, estava ruído na sua condição de realizar proteção impositiva, parte constituinte do acordo tácito da moradia de condição. O Estado centralizado, bem como suas políticas de salvamento e emergência, coloca-se como elemento salvador, beneficiando-se muito da mobilidade dessa força de trabalho para imobilizar valor e estruturas de controle territorial, como no caso da prisão construída no romance de Domingos Olímpio.

O açude é a grande e perpétua resposta e formapolítica do Estado a esse caos humanitário instaurado pela colonialidade no sertão. Até que se estabeleça a construção de um sistema integrado de lagos artificiais — como percebemos hoje — o qual logra minimizar a mobilidade populacional para as cidades maiores em função da falta de água, outros dispositivos de governo foram utilizados pelo Estado para conter fluxos migratórios que circundavam os latifúndios, dentre os quais destacamos o campo de concentração.

Por mais que esses barramentos dos rios apresentem limites estruturais que irrompem nos períodos mais longos de secas, funcionam como reserva fiscal e financeira para os latifundiários. Essas obras hídricas vão ensaiando a montagem de uma geografia lacustre de controle das águas do Jaguaribe asseguram a inserção da província no sistema-mundo moderno colonial, tornando propícia à ascensão para um novo patamar, marcado pela disseminação do cultivo comercial de algodão.

A colonialidade da natureza, nesse momento, ganha uma dimensão de projeto nacional. A forma de se tornar uma nação forte e independente será a batalha contra a natureza para ver nela reproduzida a imagem do progresso. Os burocratas da virada do século estavam, nesse sentido, cuidando da memória dos padres mortos nos séculos anteriores que legaram um conjunto de escritos, nos quais assomava o estranhamento em relação a essa região, tratando-a como inóspita, indomável, insalubre, a qual carecia de intervenções drásticas e urgentes para ampliar as dominâncias reais.

O açude Cedro em Quixadá pode ser considerado a obra mais emblemática desse momento; uma tentativa frustrada de realizar um amplo reservatório que solucionasse de uma vez por todas o problema das secas no Ceará, assegurando trabalho pelo vasto período que compreendeu os anos de 1884 e 1906, e garantindo

também suficiência hídrica para realização de projetos de irrigação. O feito repercute o desejo de grandeza do império, quando se afirma ser esse o maior reservatório das Américas, destinado a combater às secas e que, nas palavras do Imperador Pedro II, asseguraria a permanência dos sertanejos em seus lares “durante as secas vindouras” (Monteiro 2020). A construção do reservatório expressa também os auspícios de poder da república instaurada por um golpe militar. Na opinião de Afonso Pena, sexto presidente, em visita à obra pública em 1906 o açude “[e] stá muito bonito, mas isto apenas atesta o desperdício dos dinheiros públicos” (Monteiro 2020, 10), divergindo da posição entusiasta de Dom Pedro II.

Essa obra faz parte de um conjunto de intervenções iniciadas no final do século XIX que visavam fixar os trabalhadores nos sertões evitando que atingissem as grandes aglomerações urbanas, como assim fizeram aos montes, entre 1877 e 1879. A obra esteve sob a responsabilidade de um engenheiro inglês Jules Jean Levy, que visitou a região da Lombardia na Itália com a intenção de buscar inspiração para o desenho do projeto e a contratação de corpo técnico especializado (Monteiro 2020).

Uma das mais intensas secas do século, a última entre 1888 e 1889, atravessou a realização da obra quando conflitos entre trabalhadores e engenheiros culminaram na realização de saques e na destruição do material de trabalho e de mantimentos nos meses de março e dezembro de 1889.

A escolha do local de instalação deu-se pelo fato de se encontrar em uma posição intermediária entre o interior do Estado e a capital, sendo mais próximo, facilitando a logística de transporte de materiais necessários, além do exercício de influência da elite local. O barramento realizado no rio Sitiá, advindo da Serra do Estevam, integra a bacia do rio Jaguaribe, esse córrego compõe a formação do rio Banabuiú que se encontra com o leito principal do Jaguaribe em seu baixo curso.

É possível perceber com esse investimento uma ampliação de escala na capacidade de intervenção para a imobilização de valor fixo com o objetivo de conter a dinâmica populacional migratória para as grandes cidades, os cultivos de café em São Paulo e para a Amazônia. Não são mais somente os projetos isolados realizados com financiamento dos latifundiários, que investiram elevados valores financeiros no controle territorial do trabalho para fixação de um objeto de dominação. Percebe-se com a pesquisa que essa transmutação escalar, provocada pela ampliação da concorrência comercial e a cooperação de agência territorial, significa

a consecução de um projeto técnico pensado por um corpo de engenheiros que mantêm um rio bem maior contido para o acúmulo de água.

A dinâmica territorial, simbolizada por uma produção espacial de alcance ampliado, logra traduzir seus fundamentos territoriais em objeto de amplo alcance de intervenção e realização. Em decorrência desse conjunto de transformações se vão tecendo relações estabelecidas com vistas à territorialização do Estado nacional. O conjunto de ações territoriais nas redes de rios constituídas impõe tempos cronometrados de descimento das águas de todos os córregos até atingir local de acumulação. Esse processo que carrega consigo uma síntese do acúmulo simbólico do que é concentrar formas de exercício de poder a partir de uma lógica espacial dos cursos maiores para os menores dos rios, convertendo a bacia hidrográfica em um instrumento de controle territorial, um panóptico por rebaixamento.

As transformações territoriais, ensejadas com a territorialização do Estado e a autonomização da propriedade privada, modificaram profundamente a dinâmica de produção espacial nas dominâncias do Jaguaribe. As formas espaciais vão transfigurando cada vez mais as faces do sistema-mundo moderno. A consolidação oscilatória do cultivo de algodão nos mais recônditos lugares fez com que as relações sociais estabelecidas nos miúdos movimentos de construção do cotidiano, inserindo a região do vale do Jaguaribe nos caminhos mundializados de realização das mercadorias.

A monetarização das relações de trabalho não acompanhou a velocidade da imposição de uma lógica territorial mercantil de produção e circulação de valor, porém a intermediação financeira e fiscal realizada pelo senhor de terras fez com que a exploração desse trabalho alimentasse os circuitos de acumulação de renda.

A renda da terra era recolhida e concentrada em tempo de trabalho, na forma de realização de um trabalho para o outro. É nesse aspecto que se pode dizer que a territorialização do Estado produziu uma questão agrária, e no interior desta, uma luta de classes que não reproduz a formulação clássica do antagonismo complementar entre operário e possuidor dos meios de produção (Oliveira 2016; Prado Jr. 2011). As contradições no interior da formação da propriedade concentrada da terra nesse âmbito mobilizavam a reprodução de uma sociedade que se realizava marcadamente pela manipulação de uma racionalidade que perpetua e aprofunda a colonialidade.

À medida que a territorialização do Estado se realiza a partir do comportamento do rio e as relações sociais

estabelecidas no âmbito dessa forma de controle territorial do trabalho constituem as bases técnicas, hidrossociais e ideológicas que movimentou a dinâmica social, manejando os fundamentos da colonialidade.

O trabalho social cristalizado nos equipamentos de contenção dos rios vai impondo outra dinâmica de realização dos ciclos hidrossociais. Cada vez mais a circulação atmosférica das águas superficiais vai sendo intermediada por estruturas de poder que mimetizam as arquiteturas de confinamento e comportamento social. As águas vão ganhando a depressão sertaneja cumprindo, assim, as ordens do latifúndio.

A ciência como produto e produtora do sertão como um problema nacional

O entendimento da formação do Brasil como a celebração de raças que se encontravam em diferentes estágios de desenvolvimento social e tecnológico, e do feito lusitano como uma obra heroica que manipulou a escravidão e a monocultura nos trópicos como formas possíveis de civilizar a América, fora sistematizado no âmbito científico somente no movimento de formação de discursos sobre a nacionalidade na década de 1930. Percebe-se, no entanto, esse escopo ideológico como projeto de sociedade no contexto social, político e econômico marcado pela elaboração dos planos territoriais do Império, bem como nas produções teóricas e militares que ofereceram para a república florescente um estatuto de criação do sertão como região-problema. Projetos de futuro que idealizavam a reprodução dos rios como instrumentos efetivos de integração.

Produzir o Estado nacional significava alcançar a montagem de uma história e uma geografia oficiais capazes de apagar os vestígios das outras totalidades realizadas por sociedades que aqui existiam, para que no fundo restasse a nacionalidade como tautologia ontológica e sentido territorial de realização da ciência moderna.

Para entender o lugar do sertão no processo de formação do estado territorial nos foi útil refletir sobre a mecânica do pensamento de Gilberto Freyre (2006) nesse movimento de transição caracterizado pela inserção produtiva da agricultura comercial nos sertões do Jaguaribe. Muito embora o autor tenha escrito sobre as questões que envolvem a nacionalidade após a década de 1930, percebe-se pressupostos das suas formulações teóricas ensejadas na ideação de projetos envolvendo o barramento dos rios. O acervo colonial mobilizado por Freyre (2006) para entender o sertão como uma

categoria sociológica da formação da nacionalidade e um lugar social onde o controle disciplinar escapa às rédeas, bem como a noção de uma subalternidade herdada de colonização conformam fundamentos que constituem a elaboração de projetos de futuro pelos intelectuais senhoriais.

O autor supracitado constrói um raciocínio que revisa as bases epistemológicas da Antropogeografia Alemã e constitui em seus estudos sínteses ou instruções da territorialização do Estado nacional, o que é entendido por nós como uma tese original sobre o Brasil e uma síntese teórica das ações territoriais racializadas que compunham a formação da propriedade privada da terra e do Estado. Alude Freyre (2006), que a predominância Moura na península Ibérica teria disseminado uma intoxicação sexual entre os lusitanos e hispânicos, na medida em que a poligamia, a aptidão jovial ao sexo e a menstruação precoce são características de lugares predominantemente tropicais, sendo esse o conjunto que perfaz uma tipologia humana comum entre os Mouros e os povos nativos do que veio a se constituir como América.

O papel heroico dos portugueses, no entendimento de Freyre (2006), fora disciplinar essa desordem sexual e civilizatória herdada por um fenótipo que não era seu e conduzida com as grandes navegações pelo Atlântico junto com os piores sujeitos punidos por crimes cometidos na península tendo encontrado nesse novo continente a confluência da entrada de outros africanos e de uma considerável população de nativos.

O sertão é reproduzido nessa reconfiguração geohistórica do mundo moderno como produto de uma subalternidade herdada e transplantada de continente. A restauração dessa condição sobrevive ao tempo como uma narrativa heroica predestinada a construir uma nação voltada para o futuro, na qual tanto a violência da escravidão como a imensidão do latifúndio poderiam ser auxiliares ao soerguimento de um projeto de nação. As ferramentas teóricas mobilizadas por Freyre (2006), nesse sentido, se constituem como uma teorização das ações raciais da formação territorial da propriedade privada. Verifica-se a um só tempo um movimento que legitima as desigualdades e endossa a reprodução do racismo como projeto de futuro.

As instituições de educação instauradas pelos Jesuítas — muito mais estabelecidas no litoral e por meio de uma rede de competências jurídicas disseminadas pela sociedade — estavam, para o autor, distribuídas melhor nas cidades principais da colônia. O sertão era concebido dentro dessa racionalidade como o fundo territorial a

ser vencido, convertido, arrastado para o caminho moral do progresso. A posição política do sertão nessa reconfiguração identitária moderna era o lugar-acúmulo de experiências humanas desajustadas que se reproduziam velozmente dadas as agruras propícias do clima. A territorialização desejada das formas de poder do Estado nacional moderno significava a territorialização de formas de autocontrole sexual, não por acaso se sucedem exemplos de padres que constituíram famílias nos sertões como efeito qualificativo de uma realidade social que precisa ser enquadrada, ajustada, restaurada.

Estavam dadas as bases ideológicas que fizeram do sertão esse lugar que demanda a realização de permanente guerra para superação de sua condição de desajustado, um lugar de exceção e essas bases fundamentaram a formação do pensamento sociológico nacional verificado em Freyre (2006). As guerras contra os costumes e contra a forma de realização da natureza constituíam, pois, um conjunto de ações que visava suplantando a realização desse lugar como o outro para que estivesse integrado a partir de uma ideologia higienista rumo aos caminhos do progresso.

Fica patente que a arregimentação de trabalhadores na forma de uma guerra para enfrentar os problemas da seca tem ancoragem nessa ideologia militar a qual se compunha como fundamento do Estado-nação. Exemplo disso é o alistamento militar para disciplinamento dos corpos humanos e hídricos, arredios, volantes, transitórios e indisciplinados. Cabia, desse modo, ao Estado moderno continuar a obra civilizatória do projeto colonial e superar a condição de natureza desajustada.

O sertão, para deixar de sê-lo, precisava ser conhecido, identificado, tipificado; daí o papel fundamental da ciência nacional. Estava posto um argumento ou questão fundamental sobre o qual os intelectuais e burocratas deveriam se debruçar em busca de uma resolução. A materialização de objetos de comportamento das águas pulula no decorrer do século XX como decorrência dessa ideologia militar nacionalista e da incumbência da ciência como lugar legítimo de idealização de soluções.

A retórica do antagonismo territorial, inimigo a ser vencido, para fundação da nação vai se configurando como uma ideologia de caráter militar que visa superar sua condição endógena de realização, lida como arcaica, para alcançar uma etapa de desenvolvimento superior. Fortuitamente as principais guerras que produziram a ufanía enfurecida da ideologia de vencer pela Pátria foram enfrentadas dentro do território que se constituía

como unitário, configurando a nacionalidade como forma-política autodestrutiva de realização de si mesma.

A ideia de que existe um tipo humano sertanejo como antítese embrutecida do ser cordial do litoral é um pensamento muito corriqueiramente produzido pela ciência. A obra de Cunha (2016) caracteriza em minúcias essa ideia e pode ser entendida como uma elaboração síntese desse projeto progressivo de fazer adentrar a sociedade senhorial para os sertões.

O humano que resiste ao que o autor descreve como martírio da terra, nessa ossatura partida das montanhas desse sertão adusto, onde, em regime brutal, anormalíssimo, de quase deserto as águas selvagens na planície rugada, mal lobrigavam os pequenos cursos d'água, divagando serpente era a síntese Antropogeográfica da imagem de sertão que precisava ser superada. Euclides da Cunha (2016) fala desse ignoto sertão em seu livro, considerando-o como um conhecimento sem afluentes, pelo fato de nenhum pioneiro da ciência ter suportado ainda em prazo suficiente para o definir, restando, por isso, até hoje desconhecido.

O tom classificatório, descritivo e narrativo com que Euclides trata a paisagem entrega para o Estado em formação o estatuto de nascimento científico do sertão enquanto uma realidade a ser restaurada, salva de sua condição de desgraça. Esse indivíduo que, em sua trajetória arranjou um conjunto de papéis políticos bastante significativo — de jornalista a engenheiro e militar, que transitou entre o Centro-Sul, Amazônia e Sertão — sintetiza um receituário epistêmico que justifica do ponto de vista científico as ações de comportamento das águas como estratégia salvacionista.

A modificação das condições adversas da natureza, mediante a implantação de estruturas de barramentos dos rios foi apontada pelo autor como uma estratégia de modificação das condições naturais e transformação dos tipos humanos. O sertão como palco de uma guerra injusta e desnecessária é apresentado na grande obra de Euclides da Cunha (2016) como um desafio nacional.

Percebe-se, por conseguinte, que as categorias analíticas da ciência não são construídas em um lugar onde as relações desiguais de poder estão suspensas. As formas de identificação e complementaridade entre a consolidação de um corpus doutrinário do conhecimento científico que congrega a territorialização do Estado e a solução hidráulica (ou a construção de obras hídricas integradas) estão imbricadas como um produto ideológico das relações entre essas duas instâncias de poder.

Por mais que eivado de classificações generalizantes o sertão — essa categoria etérea e difusa e até moral, lugar dos desajustados — vai ganhando forma de objeto científico, na medida em que vão se adensando classificações e abordagens teóricas a seu respeito. Tal adensamento está relacionado a um conjunto de pesquisas científicas realizadas nesse local, e pela dinamicidade das pesquisas nacionais ensejadas no contexto de reformas e ampliações das instituições de ensino no Brasil após a década de 1890.

Nesse sentido, os fundamentos territoriais que conformam a identificação geográfica do sertão como um problema são também fundamentos epistêmicos da construção do sertão como uma categoria científica. A produção do Nordeste como um recorte regional mobiliza esse entendimento como a essência da questão regional. O planejamento como paradigma central para o desenvolvimento, que fará mudanças de ordem qualitativa na atuação do Estado, como nos alude Kluck (2019), é produzido sob essas bases epistêmicas.

Muito embora esse conjunto de ações repercutam na constituição de entidades do Estado somente a partir da institucionalização das obras contra às secas, as bases do pensamento do sertão como problema a ser superado estão estruturadas nas ações produzidas em escalas menores, sejam nos pequenos açudes ou barragens ou nos campos de concentração. Percebe-se, portanto, uma transmutação genealógica na medida em que não se rompe com a delimitação de sertão que historicamente se constituiu como o outro, o lugar profundo de afrouxamento do controle social, mas que se realiza ao longo das décadas seguintes sob a lógica da racionalização e especificação do problema em seus aspectos regionais.

A linguagem classificatória do Estado nacional, a partir do aporte empírico de pesquisas científicas que a endossa, vai começando a fatiar essa ideia difusa de sertão em segmentos do território-natureza-problema nacional. O sertão de um acontecimento disperso e espraído após a faixa litorânea vai ganhando uma tipificação identificadora de desajustes de tempo passíveis de correções espaciais. E as categorias geográficas de intervenção e planejamento são formuladas lentamente.

A delimitação científica do problema conforma a ideia de semiárido como núcleo ou essência da questão, os vales úmidos e brejos de altitude como unidades apaziguadoras da causticante realidade dada. A dialética da distância entre essas duas unidades de gestão social da natureza como a distância possível a ser percorrida para a superação do problema. O que nos leva

a crer que a territorialização do Estado nacional é um experimento geográfico de exercício do poder.

A ciência geográfica tem lugar nesse campo de poder de ideação e realização de um projeto de nação, apesar de sua institucionalização estar muito atrelada ao processo de profissionalização e constituição de um conjunto de doutrinas ensejadas com a instituição do curso de Geografia na Universidade São Paulo (USP), bem como, da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É o que se percebe a partir das pesquisas sobre a historiografia do conhecimento geográfico realizadas por Sousa Neto (2001; 2018). Para esse autor, fazer uma análise do pensamento geográfico com o fim de discutir a história de uma ciência sem existência antes de 1930 implica o mesmo que negar a existência de uma história da ciência nessa área (Sousa Neto 2001). A Geografia, por constituir sua narrativa como parte inextricável da constituição do mundo sob a sociabilidade do capital não pode ser compreendida fora do contexto de territorialização dessas relações sociais. É nesse sentido que o autor sugere que as bases do pensamento da ciência geográfica se constituíram no Brasil a partir de uma cultura política escolástica e burocrata senhorial, não necessariamente atrelada à instituição da universidade como centro de poder epistêmico (Souza Neto 2018).

O conhecimento geográfico exerceu papel decisivo no conjunto de transformações territoriais ensejadas no processo de territorialização do Estado e da propriedade privada nas dominâncias do Jaguaribe. Isso fica expresso na atuação política e profissional de Thomaz Pompeu de Souza Brasil, um sujeito político que, como nos alude Souza Neto (2018), carregou em sua atuação várias características históricas de seu tempo. Pompeu acumulou funções significativas dentro dessa dinâmica territorial de poder. Foi padre, jornalista, professor, Senador de Império, proprietário de terras e advogado.

Advindo de uma família de Santa Quitéria, com extensas propriedades de terras, mas empobrecida por ter sido punida em decorrência de sua participação nos levantes republicanos nas primeiras décadas do século XIX, fez os primeiros estudos em Sobral e morou por mais de uma década em Recife, onde estudou para jurista e padre.

Uma parte considerável dos livros publicados por Pompeu Brasil estão inscritos em análises geográficas. Em treze de seus dezenove livros, o autor utilizou referências e conceitos de pensadores como Humboldt, tais como o conceito de dissecação, fato que fez com que Nogueira (2018) identificasse a geografia como uma opção realizada pelo intelectual.

O autor participa dos debates sobre a dinâmica climática do mundo e afirma que o estágio de desenvolvimento em que se encontrava o Ceará advinha da conjunção dos fatores ligados a defeitos da natureza e do estágio deteriorado dos humanos com pouca capacidade de intervirem nessa condição natural, com vistas a evitar que a produção econômica ficasse à mercê das oscilações pluviométricas, como alude a esse respeito Oliveira (2018). Percebe-se, nesse sentido, como estão consubstanciadas as noções de raça e condições climáticas na formulação do sertão como uma categoria política e científica desajustada, a ser vencida.

Em seu raciocínio geográfico, o autor analisa a dinâmica do clima nesses locais úmidos de exceção como uma possibilidade de transformação da composição geral da população visando à produção de uma saída dessa condição de atraso. O pensamento do autor leva a entender que o mesmo enxergava que o Ceará tinha exemplos de um modelo ideal de natureza e precisava cuidar para expandir essa condição de modo a alcançar uma mudança radical de sua realização, por isso as críticas realizadas aos cultivos de cana-de-açúcar e algodão, referidos anteriormente.

O autor construiu um *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, publicado em 1864, que reuniu em dois volumes dados gerais sobre todas as comarcas relacionando informações populacionais e econômicas com os domínios de natureza. A análise dos dados contidos no estudo de natureza descritiva oferece informações importantes e organizadas em uma escala ampla sobre a dinâmica territorial das atividades econômicas no momento de transição entre a diversificação produtiva e a expansão do cultivo de algodão como principal produto comercial agrícola.

Com uma crítica ao crescimento desordenado dos cultivos nos vales úmidos, Brasil (1864, 1997) afirmava que a derrubada da mata estaria agravando a seca e tornando o estágio defeituoso da natureza uma condição geral para a província, na medida em que corroía a distinção de temperatura e umidade presentes nos vales úmidos, nas serras e chapadas. Ao invés de preservar essas condições e com elas participar da solução encontrada pelo Estado de agregar imigrantes advindos de uma “raça superior” ao Ceará, a província estria, para Brasil (1864, 1997), perdendo as poucas porções de clima ameno que dispunha.

Esse argumento do autor corrobora a afirmação realizada anteriormente de que a manipulação de categorias raciais para projetar planos territoriais para a gestão da natureza e para a formação da nação, que foram densamente sistematizados por Gilberto Freyre (2006 [1933]), estavam postos, mesmo que manifestos em estudos de

caso na produção intelectual geográfica em meados do século XIX. No entendimento de Brasil (1864; 1997), atrair pessoas de raças civilizadas e alocar em pontos de exceção onde a natureza se caracteriza por condições de umidade e pluviometria superiores, poderia potencializar um processo de “civilização” desse sertão desajustado habitado por humanos incapazes de converter essas paisagens na mecânica de extração da sociedade industrial.

A solução para superação dessas práticas arcaicas de cultivo, para Brasil (1864), seria provocar uma transição de uma agricultura imprevidente para uma agricultura científica. Estimular a incorporação do arado, de máquinas de despolpar, ventiladores e a concessão de créditos especiais para a agricultura, bem como a construção de escolas agrícolas (Bastos 2018). Ademais, a construção de açudes para concentração de água e integração via canais entre bacias hidrográficas, seria fundamental para reduzir esse anacronismo hídrico. Ações que, para Pompeu, estimulariam o reflorestamento promovendo mudança de clima e de práticas agrícolas.

A dinâmica de realização das ações do Estado nesse momento era fortemente influenciada pelos sentidos territoriais das ações econômicas dos grandes proprietários, como referido anteriormente. Nesse sentido, esses intelectuais eram um interposto, uma voz com dupla legitimação, tanto da ciência — por alcançar uma posição social e política que lhes asseguravam a possibilidade de utilizar o método moderno e universal — como em decorrência de sua origem social.

Pensando sobre a formação intelectual nesse momento histórico em que Pompeu Brasil realizava suas pesquisas, Araújo (2001) alude que tal período fora predominantemente marcado pela imaginação da máquina como equipamento social de ponta do desenvolvimento tecnológico da sociedade, fato que muito influenciou na reprodução dos princípios filosóficos da termodinâmica na construção de um pensamento social e político sobre o mundo.

A ideação da imposição de uma nova ordem cronológica a partir da possibilidade de, não somente armazenar energia, mas produzi-la em grande aporte, aloca a noção de potência de criação na esfera de ação humana. A revolução tecnológica ensejada nesse contexto de transformações na produção de mercadorias, realizada agora em grande quantidade, desloca a imagem da história social da humanidade e da geografia natural do planeta como estruturas imutáveis para uma temporalidade evolutiva, nas quais o poder ampliado de intervenção da ciência poderia lograr transformações profundas na gestão das relações sociais e na dinâmica da natureza.

Essa transição epistêmica entre a mecânica natural e o motor industrial, concomitante a uma renovação do racionalismo moderno como horizonte de expectativa para a produção do progresso, analisado por Araújo (2001), exerce uma considerável influência na formação política e científica da geração de burocratas brasileiros a partir de meados do século XIX, momento em que Pompeu de Souza Brasil dedicou mais tempo para a produção de seus livros, tendo escrito onze de seus 19 estudos na década de 1850, como alude Nogueira (2018).

Muito embora esse processo de renovação do pensamento cultural tenha vindo acompanhado da ampliação de uma ideologia reformista, de uma contestação à Monarquia e à centralidade da indústria como lócus privilegiado da produção de riqueza nos países europeus, no Brasil, como nos alude Araújo (2001), reforçou-se uma transição conciliatória com a Monarquia a partir do recrudescimento das relações entre raça e natureza como metodologia de análise científica⁶, bem como, o entendimento da natureza como lugar social de produção do progresso para a nação.

Percebe-se, não por acaso, essa recorrente questão no pensamento de Pompeu de Souza Brasil. Ao acreditar que a ação humana, conduzida pelo pensamento científico, pode provocar mudanças no conteúdo da realização da natureza mediante a introdução de uma gestão industrial da circulação das águas, está esse autor a nos falar sobre esse lugar de potência da humanidade diante da natureza. A concentração das águas em açudes foi uma das principais premissas ou soluções para o desenvolvimento apontadas por Pompeu para que a província acompanhasse o caminho do progresso, juntamente com a realização de uma agricultura científica.

Uma tradução (ou reprodução) possível da mecânica produtora de energia que erguia parques industriais na Europa seria um controle social generalizado sobre a realização dos rios que formam o Jaguaribe. Tal planejamento territorial da natureza entrega para as gerações vindouras bases filosóficas e políticas para a construção de dois pensamentos enraizados na formação territorial do Estado brasileiro que se imbricam até hoje na formulação de projetos de desenvolvimento, a saber: a solução hidráulica para os problemas do Nordeste e a

vocação agrícola ou agricultura científica como indústria produtora do Brasil.

Estão postos os ensaios ou rascunhos arquitetônicos de outra geografia das águas que se intensificou a partir da institucionalização das políticas de combate às secas e suplantou a realização da ecologia política originária do rio Jaguaribe. A ciência por ser esse anteposto entre os palácios e os costumes do cotidiano consegue sintetizar o sentimento de uma época sobre o sertão e antever, sugerir e adiantar um prognóstico de progresso a ser desenhado e erguido nas gerações seguintes.

A paisagem renovada e restaurada dos sertões do Jaguaribe, com o rio entrecortado por enormes círculos concentradores de água acumulada, erguidos ao longo dos últimos cem anos, e a agricultura científica de ampla produção de frutas tropicais no semiárido podem ser percebidas como uma institucionalização dessas ideias. A territorialização do Estado nacional no Jaguaribe se constituiu de um processo em que a defesa do legado da colonialidade e a tradução dos instrumentos de controle populacional foram levados às últimas consequências ao ponto de o rio hoje ter sua cadência controlada por uma rede integrada de próteses de concreto que ditam o seu tempo e percurso de realização.

O Ceará hoje dispõe de uma rede lacustre artificial de águas que conformam o completo controle de circulação do rio Jaguaribe (Brito 2016). No decorrer dessa bacia estão dispostos mais de 80 reservatórios de água, articulados pelo leito natural do rio ou por duas transposições de considerável extensão, além de quatro perímetros irrigados articulando um sistema de comunicação que faz com que essa bacia se comunique como fornecedora de água com outras duas bacias hidrográficas do Estado.

A culminância de todo esse sistema hídrico artificial de comportamento do Jaguaribe é o açude Castanhão que, com mais de sete bilhões m³ de capacidade de armazenamento de água, faz com que esse rio esteja na ordem do dia dos principais debates políticos e econômicos que acontecem no Estado. A variação de suas águas, os aportes recebidos em chuvas e a flutuação acumulada nos açudes que perfazem essa geografia lacustre artificial, são dia a dia noticiado em jornais, sobretudo em períodos de secas.

Considerações finais

No estudo se constatou que a geografia de controle territorial do Jaguaribe e sua reelaboração como um motor simbólico e material de reprodução do capitalismo tem uma realização muito longa. A solução hidráulica foi analisada

6 Não que na Europa esse princípio político ideológico tenha desaparecido das abordagens científicas e políticas, vide a tragédia generalizada que fez da Segunda Guerra Mundial um momento político conduzido por essa ideologia territorialista.

enquanto uma formulação teórica, política e prática que ascende como um argumento fundamental da formação do estado territorial nos sertões. É reproduzida enquanto uma ideologia espacial amplamente analisada como tendo sido gestada na Primeira República. Verificou-se, no entanto, que a elaboração de instrumentos de gestão territorial da reprodução da força de trabalho ocorreu concomitante às investidas de comportamento dos corpos hídricos. Ações elaboradas inicialmente em um estágio de idealização e em seguida na produção de obras hídricas que imbricam as duas formas sociais de produção do latifúndio nos sertões, a moradia de condição e a construção de açudes em frentes de trabalho.

A análise realizada sobre o processo de territorialização do Estado e de formação sociedade senhorial no âmbito do rio Jaguaribe concluiu que a mobilização de força de trabalho para a produção de obras hídricas foi assegurada pela ampliação dos fluxos migratórios para os sertões, dado contexto de crise da economia açucareira no litoral, e pelo crescimento populacional. No estudo se analisou o curioso e revelador entroncamento entre os códigos de gestão e comportamento das águas, a constituição da moradia de condição e as legislações de controle e arregimentação das camadas populares como produtos sobrepostos que consubstanciaram a territorialização do Estado nas dominâncias do Jaguaribe.

As secas cíclicas foram uma constante em todo do processo de avanço da colonização nas dominâncias do que vinha se constituindo como sertões, seus efeitos eram amortizados pelas existências de vales úmidos tomados como latifúndios irrigados e se converteram em lugares por excelência da expansão da agricultura de exploração. Os vales desiguais nucleados por açudes cada vez maiores tiveram, com a estiagem permanente, seu argumento territorial central esvaziado de valor e capacidade de controle e concentração da força de trabalho.

As águas consumidas pela atmosfera seca recolocaram a circulação como o elemento central da dinâmica territorial de extermínio. A gestão dessa desordem produtiva reelaborou o caráter negativo da formação territorial, instituindo as frentes de emergência como forma imediata de uso e descarte dessa força de trabalho errante. O campo de concentração, herdeiro direto das guerras coloniais, levou às últimas consequências essa máxima, consolidando-se como lugar de extermínio.

Essas duas estruturas territoriais de controle, conversão e redução da força de trabalho foram amplamente utilizadas e representadas na produção literária pelo romance regionalista. Verificou-se, no entanto, que

a consolidação da mundialização da circulação de mercadorias na segunda metade do século XIX se realizou, no âmbito do Jaguaribe, como um laboratório de produção de estruturas de controle territorial do trabalho e dos rios.

Nesse contexto de ampla desagregação das estruturas sociais de poder, a sociedade senhorial representou a si mesma, a partir da literatura e da ciência, como uma potência salvadora de um caos social. A crise do dever de proteção era entendida pelos intelectuais senhoriais como produto das condições da natureza de uma terra bruta, sequiosa de intervenções de engenharia, e composta por uma raça malformada por elementos inferiores originários ou migrantes. Ofereceu para tanto, como forma de salvação os elementos formadores da solução hidráulica e da vocação agrícola como ideologias espaciais totalitárias amplamente perseguidas ao longo a partir da institucionalização das obras contra às secas.

Referências

- Albuquerque Jr., Durval Muniz. 2011. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora.
- Alemão, Freire. 2006. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão. Fortaleza – Crato, 1859*. Fortaleza: Museu do Ceará.
- Araújo, Hermetes Reis de. 2001 “Da mecânica ao motor: a ideia de natureza no Brasil no final do século XIX”. *Revista Projeto História* 23 (novembro): 151-167.
- Bastos, José Romário Rodrigues. 2018. “Natureza e ciência em Thomaz Pompeu de Souza Brasil. Ceará, século XIX”. *Revista do Instituto Histórico do Ceará* 132: 295-306.
- Brasil, Thomaz Pompêo de Sousa. 1864. *Ensaio estatístico da Província do Ceará*. Volumen II. Fortaleza: Typ. De B. de Mattos.
- Brasil, Thomaz Pompêo de Sousa. [1859] 1997. *Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara.
- Brito, Anderson Camargo Rodrigues. 2016. *Águas para que(m): Grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará*. Curitiba: CRV.
- Bursztyn, Marcel. 2008. *O poder dos donos. Planejamento e clientelismo no Nordeste*. Fortaleza: BNB.
- Chacon, Suely Salgueiro. 2007. “O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido”. Série BNB teses e dissertações, no. 8, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.
- Cunha, Euclides da. 2016. *Os sertões*. São Paulo: UBU Editora.
- Freyre, Gilberto. 2006. *Casa-grande e senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Global.

- Funes, Eurípedes A. 2013. "Mocambeiros, nordestinos e seringueiros: histórias e memórias". Em: *Natureza e cultura. Capítulos de História social*, editado por Eurípedes Funes, Kenia Souza Rios, Ana I. Cortez y Emy F. Maia Neto, 111-121. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). 1999. *Diagnóstico ambiental da bacia do rio Jaguaribe. Diretrizes gerais para a orientação territorial*. Salvador: IBGE.
- Kluck, Erick Gabriel Jones. 2019. "Quando o planejamento vai para o Brejo: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico". Tese de doutorado em Geografia Humana, Universidades de São Paulo, São Paulo.
- Monteiro, Renata Felipe. 2020. "Um monumento ao sertão? Expectativas diversas em torno da construção do açude Cedro, em Quixadá-CE (1884-1906)". *Revista Mundos do Trabalho* 12: 1-15. <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2020.e75108>
- Moreira, Delmo. 2021. *Catorze camelos para o Ceará: A história da primeira expedição científica brasileira*. São Paulo: Todavia.
- Neves, Frederico de Castro. 2007. "A seca na história do Ceará". Em *Uma nova história do Ceará*, organizado por Simone de Souza, Adelaide Gonçalves, 4º ed., 76-102. Fortaleza: Demócrito Rocha.
- Novais, Fernando Antônio. 2019. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. (1777-1808)*. 2ª edição. São Paulo: Editora 34.
- Olímpio, Domingos. 1999. *Luzia-Homem*. Fortaleza: ABC Editora.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino. de. 2016. *A mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: Iánde Editorial.
- Oliveira, Gabriel Pereira de. 2018. "A questão climática no pensamento de Thomaz Pompeu". *Revista do Instituto Histórico do Ceará* v. anual: 261-274.
- Prado Jr. Caio. 2011. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colômbia. São Paulo: Companhia das Letras.
- Prieto, Gustavo. 2016. "Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista: grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra". Tese de doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Queiroz, Marcus Vinicius Dantas de. 2020. "Arquitetura, cidade e território das secas: ações do IFOCS no semiárido do Brasil (1919-945)". Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Queiroz, Rachel de. 1978. *João Miguel*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Rios, Kenia Souza. 2013. "Tempo, ciência e profecia em assuntos de sol e chuva". Em: *Natureza e cultura. Capítulos de História social*, editado por Eurípedes Funes, Kenia Souza Rios, Ana I. Cortez y Emy F. Maia Neto, 201-206. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora.
- Rios, Kenia Souza. 2014. *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – UFC, Imprensa Universitária.
- Reis Júnior, Darlan de Oliveira. 2014. "Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: Terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX". Tese de doutorado em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Santos, Jonatas Jonas Silva dos. 2018. "Entre a "força da terra" e a "indústria do homem": algodão, natureza e cultura no Ceará dos oitocentos". Dissertação de mestrado em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Sousa Neto, Manoel Fernandes de. 2001. "Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma jangada de pedra?" *Revista Terra Livre*, no. 17, 119-138.
- Sousa Neto, Manoel Fernandes de. 2018. *Um geógrafo do poder no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência Editora.
- Shiva, Vandana. 2006. *Guerras por água. Privatização, poluição e lucro*. São Paulo: Radical livros.

Anderson Camargo Rodrigues Brito

Professor da rede pública de ensino do Ceará, graduado (2010) e especialista em Geografia (2013) pela Universidade Regional do Cariri – URCA, mestre (2016) e doutor em Geografia pelo PPGEO da UFPE (2023). Autor do livro *Águas para que(m): grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará*. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em geografia Agrária da URCA e do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinado da UFPE.